



**UNILA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

SOLIDARIEDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WAGNER JOSÉ FABRI

Foz do Iguaçu

A solidariedade é concebida geralmente como uma afeição mútua entre os indivíduos, em particular no campo normativo, nas obrigações de ajudar um ao outro sempre que necessário, (Bayertz, 2999), e não deixa de ser um ideal político, sobretudo quando a realidade se afasta dela, ela tem quase sempre uma motivação religiosa ou pastoral, mas também política entre indivíduos e/ou nações, que gozam de semelhanças ou diferenças em termos de valores, crenças e até mesmo de nacionalidade.

O conceito de solidariedade foi trazido pela primeira vez à proeminência dentro das ciências sociais por Emile Durkheim quando *A Divisão do Trabalho na Sociedade* apareceu em 1893, e tem recebido atenção esporádica dentro da disciplina de sociologia desde então. No entanto, dentro da disciplina da política não houve comparáveis interesses, como Steinar Stjernø aponta em sua história recente do conceito (Stjernø 2004, 20). O aparecimento de livros de Stjernø e Hauke Brunkhorst (Brunkhorst 2005), tem contribuído de alguma forma para corrigir esta lacuna, que é ainda mais surpreendente dada a omnipresença da palavra na vida política do século 20. "Solidariedade" parece ter sido confinado ao reino da retórica enquanto o trabalho teórico sério concentrou-se noutros aspectos da associação política, como a democracia, nacionalismo, comunidade, multiculturalismo e direitos humanos. Em essência, a solidariedade é o sentimento de simpatia e responsabilidade recíproca entre os membros de um grupo que promove o apoio mútuo, como tal, tem elementos subjetivos e emocionais, e isso ajuda a explicar sua negligência conceitual, pois, como John Baker argumentou, dentro de um quadro teórico liberal, a solidariedade está associada ao "amor" e "amizade", assuntos essencialmente privados que devem ser deixados aos indivíduos para trabalhar para si mesmos (Baker et al. 2004, p. 28).

A disciplina das Relações Internacionais (RI) inclina-se a colocar o Estado como principal foco de seu estudo, porém, o surgimento de novas teorias, acabam por desafiar concepções tradicionais de RI e passa a considerar mais o lugar do indivíduo e a não entender o Estado como um ator principal. Nesse sentido, o conceito de solidariedade começa a aparecer com frequência um pouco maior em documentos tanto regionais quanto internacionais, motivando novas formas de enxergar o

ambiente internacional, surgindo assim alguns questionamentos, como por exemplo, seria possível ampliar a solidariedade em um ambiente internacional? Em um ambiente com diferenças políticas? Em um ambiente anárquico? (É importante lembrar que o conceito anarquia não significa caos, e não se relaciona com movimentos políticos sociais anarquistas, significa ausência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível), como ela se apresentaria no campo das RI? Podemos com isso verificar como as teorias das RI tratam do tema da solidariedade e como outros campos das ciências sociais abordam essas questões, e utilizar o estudo para resenhar como a solidariedade ocorre em uma prática geral, em regimes opostos como por exemplo de democracias e regimes comunistas.

O estudo da solidariedade nas RI pode ajudar a entender/responder e resolver possíveis problemas que aparecem no cenário internacional, tais como crimes transnacionais, fluxos de migração, eventos de pandemia e até mesmo mudanças climáticas, pois todos os países do mundo são afetados por essas questões que demandam respostas conjuntas e muitas vezes imediatas, independente de seu regime político. (Utilizando a definição de regime internacional de Stephen Krasner, (1982): “regimes internacionais são princípios, normas, regras e procedimentos de tomadas de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em determinada área temática” (KRASNER, 1982, p.185)).

Na política internacional, a solidariedade é uma estrutura flexível, ou uma desestrutura pós-moderna, isto é, algo que sustenta as relações internacionais de uma maneira móvel ou até mesmo caótica ou, melhor dizendo, episódica, num mundo que pode ser anárquico, mas mediado por inúmeros laços entre nações e indivíduos dentro deles. Como defende Pensky, (2007), “solidariedade cosmopolita é uma forma de integração político-social que ultrapassa as fronteiras do Estado-Nação”. Isso ocorre porque os seres humanos mantêm deveres morais específicos (sendo esses tanto positivos quanto negativos) para com outros seres humanos fundamentados na igualdade básica de direitos e na autonomia desfrutada por todos (PENSKY, 2007, P.167).

Castro, Vilar e Germano (2015) discutem que a ideia de solidariedade pressupõe incluir um, tornar-se responsável pelo outro e, assim, expandir o sentido de

“nós”, seria necessário um laço com o outro no qual há interesses compartilhados e percepções mútuas de identidade e pertencimento, ao mesmo tempo, de acordo com Freire, Freire e Oliveira (2009, apud CASTRO; VILAR; GERMANO, 2015), a solidariedade está acompanhada também da consciência crítica.

As duas correntes de pensamento em RI que melhor discutem a questão da solidariedade são a vertente solidarista da Escola Inglesa e as teorias cosmopolitas das RI. Essa análise, apresenta brevemente o pensamento de alguns autores e de outros nomes das ciências sociais que também analisaram o conceito de solidariedade. A vertente solidarista da Escola Inglesa apresenta uma abordagem que vai além do Estado (vale lembrar que a escola inglesa afirma que existe uma “sociedade de Estados” a nível internacional, e defende a convicção de que as ideias, em vez de simplesmente as capacidades materiais, moldam a conduta da política internacional). Essa visão, que ganha força nos anos 1990, acredita que a transcendência moral dos Estados é desejável por superar soberanias e fronteiras. O foco dos teóricos está no papel do transnacionalismo e nas relações de solidariedade entre indivíduos, de modo que haveria uma responsabilidade internacional da humanidade frente aos fracos e excluídos e a comunidade internacional como um todo, teria a obrigação de se posicionar contra a violação de direitos humanos, surgindo daí a questão da “solidariedade internacional”. Nesse sentido, pode-se entender que a comunidade internacional é composta tanto pelos Estados e instituições, quanto pelos próprios indivíduos. Ao aprofundar a ideia de sociedade internacional para sociedade mundial na qual os principais agentes são os indivíduos, a vertente solidarista argumenta que a solidariedade e o interesse nacional não são necessariamente incompatíveis, a o mesmo tempo, critica as metas da Escola Inglesa tradicional (coexistência e preservação dos Estados) e estabelece metas classificadas por eles como superiores (sobrevivência, bem-estar dos indivíduos e sua preservação ante a violência). Nessa visão, os indivíduos são importantes agentes das Relações Internacionais e os Estados têm obrigações solidárias frente a eles, além disso, os Estados não só continuam a ser atores da disciplina, mas atores que conseguem transcender seus interesses nacionais, para pensar nos indivíduos. O pensamento cosmopolita nas RI está fortemente baseado na visão de Immanuel Kant, que defendia princípios morais e éticos universais

que iriam além das identidades nacionais definidas pelas fronteiras, de modo a conformar cidadãos globais ligados por vínculos de solidariedade. Solidariedade seria, assim, aquilo que uniria as pessoas, independentemente de suas divisões geográficas, políticas e culturais, em torno de valores morais e éticos comuns, dessa visão, decorre o pensamento de Linklater (1998), onde argumenta a necessidade de emancipação como um processo em que os mais vulneráveis e os excluídos passem a formar parte de uma esfera pública transnacional, que seria composta por indivíduos/cidadãos envolvidos em uma comunidade dialógica sem a interferência de Estados (LINKLATER, 1998, p. 36).

Por fim, uma das questões que se colocaria para o estudo da solidariedade nas RI seria até que ponto os Estados estariam dispostos a deixar seus interesses pessoais em segundo plano e adotar posições mais “solidárias”? Em suas conclusões sobre a relação entre interesse nacional e solidariedade internacional, Jean-Marc Coicaud (2008) ressaltou que a menos que um país esteja indo bem, é improvável que ele esteja disposto ou capaz de fazer o bem e, nesse caso, a solidariedade internacional claramente não seria uma prioridade.

Em se tratando dos estados tendo uma visão mais solidária com outros povos/nações, temos exemplos que no decorrer dos tempos a questão da solidariedade não é totalmente difundida, pois é possível verificar que, em tempos passados e nos dias atuais pode-se evidenciar, por exemplo, ideias do “imperialismo”, (que nada mais é do que um conjunto de ideias, medidas e mecanismos que, sob determinação de um Estado-nação procuram determinar políticas de expansão e domínio, territorial, cultural ou econômico sobre outras regiões geográficas, vizinhas ou distantes), temos como exemplo a invasão americana ao Vietnã (1950-1970), a ocupação nazista na Europa (1939-1945), não sendo exclusivamente eventos do século passado, em dias atuais temos o exemplo dos ataques à Israel, (onde os primeiros conflitos iniciaram sob a ameaça de despejo de famílias palestinas de um determinado local), ainda mais recente, temos a guerra Rússia vs Ucrânia, onde podemos nos questionar sobre os reais motivos para o conflito, os reais motivos de um país apoiar um lado do confronto, e não se posicionar, ao lado da “solidariedade”. Com isso, conseguimos debater a centralidade da solidariedade nesses casos?

Podemos observar o caráter autocentrado das políticas externas da maior parte das democracias que falham em levar em consideração seriamente os valores “solidários” em campos como a justiça internacional, “O problema está na barreira criada pelo Estado soberano à resolução de conflitos e promoção da solidariedade entre comunidades diferentes.” (Pontes Nogueira e Messari, 2005, p. 153). Por outro lado, há um julgamento crescente de organizações internacionais e dos próprios cidadãos frente a esse tipo de postura, assim, a projeção de poder no nível internacional está cada vez mais social, baseada no reconhecimento da legitimidade dos interesses dos outros (Estados e indivíduos), e que tais interesses são feitos de direitos, de modo que precisa existir uma dinâmica entre direitos e deveres. Há, assim, um reconhecimento de um argumento moral no sentido de que se deve fazer a coisa certa pelos seres humanos, independentemente das circunstâncias e se alguns ainda estiverem em situações melhores ou ainda em situações piores, de maior vulnerabilidade e sofrimento. Assim, o multilateralismo (Prática de comércio internacional em que as transações são realizadas livremente entre três ou mais nações, com base em tratados que eliminam ou reduzem substancialmente as barreiras protecionistas entre os países-membros) seria o melhor que a vida internacional tem a oferecer em termos de solidariedade, principalmente ao se considerar os instrumentos de proteção dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, o multilateralismo limita a solidariedade a um caráter marginal que pode ser visto com o comprometimento internacional de defesa dos direitos humanos, que tende muitas vezes a ficar apenas no plano do discurso (COICAUD, 2008). Isso ocorre porque o Direito Internacional não cria obrigações reais de direitos humanos para além das fronteiras do Estado, o que transforma a solidariedade internacional em uma concepção moral da obrigação internacional, à cortesia da boa vontade e de esforços diplomáticos. Conclui-se de todas essas concepções de solidariedade internacional que esse conceito está centrado nos indivíduos que se reconheceriam mutuamente e desenvolveriam laços além das fronteiras dos Estados Nacionais. Ao mesmo tempo, um Estado solidário seria aquele capaz de desenvolver ações para indivíduos que estão além de suas fronteiras nacionais, em uma atitude que não necessariamente seria prioritária em seu interesse nacional.

O estudo da solidariedade internacional apresenta importantes avanços para entender as relações internacionais, a realidade internacional tem de a ser complexa e

os países agem movidos por interesses nacionais, procura por poder e sobrevivência, mas também por impulsos morais e por solidariedade. Dessa forma, o fato dos Estados serem atores racionais não exclui necessariamente a possibilidade de adotarem ações solidárias para garantir maior aprovação e apoio internacional, ou seja, a solidariedade pode ser um meio para atingir objetivos de política externa e internacional.

Isso pode ser exemplificado nos dias de hoje de forma clara com a pandemia a qual abrange todas as nações, pois é visível a todos, os esforços que praticamente todos os países, seja em regimes de democráticos ou comunistas (como exemplo EUA e Cuba respectivamente) que muitas vezes em conjunto, estão tomando ações, para que os indivíduos em geral sejam imunizados, evitando assim a infecção e auxiliando no tratamento de infectados. Pode-se também notar que muitas nações ainda oferecem vacinas para indivíduos estrangeiros (turistas), avançando assim na questão “solidariedade” em relações internacionais, mas com tudo isso, essas ações são realmente solidárias, ou se tratam apenas de estratégias para algum objetivo futuro? Independentemente disso, ações assim demonstram o que a solidariedade em âmbito internacional consegue alcançar.

Crises costumam ser impulsionadoras da solidariedade, e como vemos ao longo dos últimos anos (devido a pandemia de Covid 19), muitas pessoas se mostraram abertas a olhar para o próximo e, principalmente, despertaram para as necessidades das engrenagens que fazem um sistema (em âmbito geral) funcionar, em meio a tantas dificuldades, se descobriram caminhos possíveis para captar recursos financeiros, e as ações de filantropia tomaram corpo para ajudar a fortalecer a todos em nível internacional. Desde a chegada do coronavírus, é visível que empresas, ONGs, países e a sociedade em geral aderiram à “solidariedade” para a doação de valores para causas ligadas à Covid-19, de acordo com dados do Monitor de Doações da Associação Brasileira de Captadores de Recursos, mas o volume de doações não acompanhou o avanço da doença. O aprofundamento da crise econômica nos países atingiu com força o repasse de recursos e muitas vezes o auxílio, que recuaram com a incerteza que tomou conta de todos os mercados, nesse cenário, os movimentos sociais lutam para colocar mais elos na corrente solidária formada com o início da pandemia.

Adaptações e aprendizados diários são o caminho para estabelecer novas estratégias, dentro de um hospital com atendimento 100% do Sistema Único de Saúde

(SUS), por exemplo, a busca por recursos é um trabalho extremamente desafiador, os hospitais filantrópicos padecem com a gestão de seus orçamentos devido à tabela deficitária de pagamentos do SUS. A captação se torna uma necessidade urgente, que começa no relacionamento com parlamentares em busca da destinação de emendas, ha relações entre nações para uma ajuda mútua, passa pelo contato com empresas para conseguir patrocínio, e chega até as pessoas físicas, que podem destinar uma parte do seu imposto de renda ou simplesmente doar notas fiscais.

A principal ferramenta na solidariedade é sempre a sinceridade, expor a realidade é importante para o início de qualquer conversa, contar como funcionam os bastidores do atendimento universal de uma instituição filantrópica (por exemplo) e como existem pessoas que se dedicam para a construção desse ideal é uma forma de gerar um despertar solidário, mas, apesar das diversas metodologias disponíveis, nem sempre é fácil sensibilizar os decisores da importância que as doações têm para a manutenção de um hospital, (exemplo). Porém, estamos sentindo que a cada dia, sobretudo o setor empresarial, que ainda é o maior desafio, está olhando para a filantropia e entendendo que, quando uma sociedade cresce de forma igualitária, quem ganha somos todos nós, não é possível prever o futuro, mas, mesmo assim, é possível traçar táticas para se reinventar e se adequar ao que o novo normal reserva e, dessa forma, garantir sobrevivência no momento atual e também após. A quarentena tirou das entidades recursos geralmente obtidos em eventos presenciais, como bazares e brechós, coube então aos gestores recorrer às vendas por lojas on-line próprias ou de parceiros, para repor parte dessas perdas, e isso tudo é visível tanto nacional quanto internacionalmente.

Exemplificando o caso da pandemia, como podemos demonstrar solidariedade em um ambiente internacional? É possível? A resposta pode surpreender, não pelo resultado, mas por quem pôde se destacar, pois países com amplas diferenças entre si como Cuba, Nova Zelândia, Tailândia, Vietnã, Islândia, Ruanda (entre outros) obtiveram sucesso. Desde o início do surto de covid-19, os países que controlaram a covid-19 e conseguiram proteger melhor as vidas e a economia trataram a pandemia com cautela. Levaram em conta estudos e especialistas, incluindo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Promoveram isolamento social estratégico e rigoroso,

aplicaram testes em massa com rastreio de contágio, ampliaram a capacidade de atendimento hospitalar e adotaram auxílios financeiros para pessoas e pequenas e médias empresas.

A Nova Zelândia ganhou holofotes com a gestão rígida contra a covid-19, especialmente na questão do isolamento social, durante mais de um mês, em maio de 2020, o distanciamento foi o mais rigoroso possível e, depois, ao menor sinal de contágio em alguma cidade foram adotadas medidas de lockdown localizadas em determinadas cidades afetadas.

Cuba tem cerca de 11 milhões de habitantes e um sistema de governo pautado no socialismo, vítima de bloqueios unilaterais de Estados Unidos e Israel, a ilha caribenha sofre com dificuldades econômicas, entretanto, ostenta bons indicadores sociais, possui um baixo índice de violência, elevados parâmetros de Educação e, especialmente, de saúde.

Atualmente, a República de Cuba é um estado socialista presidido por uma única figura que atua como chefe de Estado e Governo, 2º secretário do Partido Comunista de Cuba e comandante chefe. O regime político se baseia na defesa de uma democracia popular que se estabeleceu após a Revolução de 1959 e desde aí evoluiu incansavelmente para um estado totalmente socialista. A constituição afirma que Cuba é irrevogavelmente um estado socialista, sendo impedida a modificação das trocas no regime socioeconômico estabelecido, além de admitir como o único partido político legal o Partido Comunista de Cuba. O governo é composto por 3 órgãos fundamentais. A *Asamblea Nacional del Poder Popular* (Assembléia Nacional do Poder Popular), que forma o órgão de poder supremo, englobando os poderes constituintes e legislativos e a capacidade de eleger os componentes dos órgãos executivos, judiciais e outros complementares. Os deputados só têm que justificar as suas ações perante os eleitores e a Assembleia do Poder Popular do seu município. O órgão superior que representa o parlamento é o Conselho de Estado, formado pelo chefe de Estado e governo, o 1º vice-presidente e outros 5 vice-presidentes, bem como 1 secretário e 23 membros. O 3º órgão é o Conselho de Ministros que desempenha as funções executivas. Composto pelo presidente e 1º vice-presidente do Conselho de Estado, um grupo de vice-presidentes, o secretário, os ministros e presidentes de outras instituições de caráter ministerial. Ao conjunto estatal adicionam-se mais 3 órgãos superiores: Tribunal Supremo Popular que exerce o poder judicial; *Fiscalía General de*

la República (Procuradoria-Geral da República) garante o cumprimento legal dos cidadãos e instituições; e o órgão conhecido como *Contraloría General de la República* (Controladoria-Geral da República), que atua como auditor da economia e finanças do estado. Por outro lado, o Estado também conta com: o *Ministerio del Interior* (Ministério do Interior), órgão para a segurança e controle do país; e o *Comité de Defensa Revolucionario* (Comité de Defesa Revolucionária), organização não governamental encarregada pela manutenção da ilha, tanto na limpeza das ruas quanto na segurança, formada pelos próprios cidadãos que se juntam ao Comité a partir dos 14 anos.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), Cuba tem um médico para cada 160 habitantes, a maior média da América Latina e uma das maiores do mundo, a saúde em Cuba possui maior força do que necessária para seus habitantes e o país utiliza essa força de outras formas, ao mesmo tempo que a ilha consegue insumos em troca da exportação da força de trabalho, o governo adota uma política de solidariedade internacional, e um exemplo disso é que na Itália, que foi um dos países mais castigados ainda no início da pandemia de covid-19 e o sistema de Saúde do país europeu entrou em colapso, os hospitais não suportaram a demanda e as pessoas passaram a morrer em casa ou nas ruas, onde corpos chegaram a ficar sem atendimento funerário por 48 horas.

Importante ressaltar que o país italiano adota o sistema parlamentarista de governo (divergindo de Cuba), desse modo, há a figura do primeiro-ministro, assim como acontece em diversos outros países pelo mundo. Além disso, existe também um presidente, como no Brasil, porém as atribuições e funções do ocupante do cargo mais alto da nação não são as mesmas da Itália, na realidade, o cargo de presidente na Itália exerce uma função bem mais simbólica que funcional, em contraste com o que há no Brasil, além disso, a Itália não elege diretamente o seu presidente.

Há importante participação do Parlamento, enquanto expressão do poder legislativo no país, com a respectiva divisão em Câmara e Senado, ademais, há também a instituição do poder judiciário, a partir de magistrados e órgãos que compõem o sistema de justiça italiano.

No sistema político da Itália há existência de três poderes: executivo, legislativo e judiciário, contudo, destaca-se, logo a princípio, a maior diferença existente entre os dois sistemas políticos: a presença de um primeiro-ministro, o país europeu adota o

parlamentarismo, diferente do Brasil por exemplo que possui como sistema de governo o presidencialismo.

A indicação do primeiro-ministro pelo presidente da República é outro aspecto interessante do sistema político italiano. As funções do poder executivo são de grande importância à Itália, bem como a indicação dos ministros de estado faz muita diferença ao que é ofertado à população, a partir de planejamento e ações governamentais.

É nas eleições para o legislativo que a população da Itália pode participar de maneira ampla, uma vez que há votação direta, diferentemente do que ocorre em relação ao executivo, o judiciário possui também atuação de grande relevância na Itália, um dos países que mais contribuiu para o direito no mundo, especialmente do ponto de vista histórico, desse modo, entende-se que o sistema político italiano permite a participação popular, bem como está estruturado de maneira sólida a partir de poderes bem estabelecidos, de modo semelhante ao ocorrido nas democracias mais sólidas do mundo.

E mesmo assim, diante de toda a divergência política, Cuba enviou uma brigada médica para o estado mais atingido, a Lombardia, segundo imprensas do mundo todo, “sem pestanejar”.

A solidariedade cubana rendeu elogios da comunidade internacional e inúmeras expressões de gratidão do poder público italiano, a prefeitura de Turim iluminou edifícios da cidade com a frase “Grazie Cuba”, a prefeita de Crema pediu o Nobel da Paz para os médicos cubanos, entre outras ações, já em solo cubano, a pandemia foi controlada a partir de testagem massiva dos cidadãos, com rastreio de contágio e isolamento estratégico e ainda o país deu mais um passo em direção à solidariedade internacional, ao garantir vacinas gratuitas para todos que visitaram a ilha.

Enfrentar os desafios e expandir o alcance do investimento também significa ampliar a disponibilidade de recursos para ações de desenvolvimento de diferentes setores, entre eles a solidariedade nas relações, essa expansão não é só urgente, mas fundamental. Da gripe espanhola à covid-19, as ações solidárias tiveram papel importante no estreitamento dos laços entre as relações e continuarão a ter, independentemente dos novos desafios que virão, a solidariedade nas relações, sejam elas regionais, nacionais e/ou internacionais, precisam ser acima de tudo, humanas.

Mais estudos no campo das RI sobre a relação entre solidariedade e interesse nacional/internacional podem ser desenvolvidos, pois é importante considerar que seres humanos em situação de vulnerabilidade, precisam de um alto nível de proteção e comprometimento por parte dos países e/ou nações. Além disso, ainda se pode observar que a sociedade internacional ainda está muito embasada em conceitos tradicionais de fronteiras e de Estado, desse modo, o ideal é que no futuro, os seres humanos se reconheçam todos como iguais independentemente dos laços de cidadania e de nacionalidade, porém a realidade atual ainda está muito presa na lógica do Estado-Nação.

Dessa forma, esse trabalho mostrou que, tanto o entendimento da vertente solidarista da Escola Inglesa e das correntes cosmopolitas, quanto o pensamento solidarista em outras ciências sociais convergem em torno de laços e sentimentos transnacionais entre indivíduos. Contudo, o que se observa na prática, em um sistema no qual o princípio da solidariedade é explicitamente enunciado, é que essa solidariedade ainda está muito presa ao Estado, seja como uma relação solidária entre Estados ou entre um Estado específico e indivíduos de outros Estados que necessitem de proteção. Esse tipo de conclusão pode apresentar uma inovação em relação às teorias tradicionais e RI que entendem os Estados como racionais e incapazes de desempenharem papéis mais humanistas e solidários no meio internacional por causa de sua natureza anárquica e da busca constante por sobrevivência. Em uma lógica solidária, a sobrevivência de todos os Estados acompanhado de seus cidadãos seria o objetivo final, ao mesmo tempo, ainda se faz necessário mais estudos que possam analisar a solidariedade como uma característica do Estado e não necessariamente contra ou separada de seu interesse nacional, colaborando assim no auxílio do estudo da solidariedade internacional para resolver problemas fundamentais de guerra e paz por exemplo.

O sentimento de pertencimento ao grupo que efetivamente está fazendo algo para construir uma sociedade melhor nos torna pessoas mais empáticas, com uma visão de mundo mais abrangente, o resultado disso é vivermos em um mundo mais aberto ao novo e pacífico, porque, quanto melhor estiver o nosso entorno, melhor todos estaremos, seja a nível individual ou a nível populacional.

Independente de todas as análises referentes à solidariedade internacional que temos disponíveis, se faz necessário a busca constante na aplicabilidade “real” da mesma, pois não importa termos amplo conhecimento apenas na teoria, devemos ter a prática da mesma, não importa cor, raça, credo, opinião política, quando a necessidade de indivíduos, ou até mesmo nações menos favorecidas surgem, o conceito real de solidariedade como um todo deveria ser aplicado, mas nem tudo é tão simples, muitas vezes o que se protagoniza é a expressão “dar para receber”, só se faz algo esperando retorno, esperando benefício, e com isso, onde fica a solidariedade?

BIBLIOGRAFIA

BAYERTZ, K. (1999). Four uses of "solidarity". In BAYERTZ, K. (Ed.). *Solidarity*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, p. 3-28.

CASTRO, Janete Lima de; VILAR, Rosana Lucia Alves de; GERMANO, Raimunda Medeiros (2015). Education, ethics, and solidarity in international cooperation. *História, Ciências, Saúde*, 22, (1).

COICAUD, Jean-Marc (2008). Conclusion: Making sense of national interest and international solidarity. In COICAUD, Jean-Marc; WHEELER, Nicholas J. (eds.). *National interest and international solidarity: particular and universal ethics in international life*. Tokyo: United Nations University Press, 2008.

KRASNER, Stephen (1982). Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. *International Organization*, 36(2):185-205.

LINKLATER, A. (1998); *The transformation of political community: ethical foundations of the post-Westphalian Era*. Columbia: University of South Carolina.

PENSKY, Max (2007). Two Cheers for Cosmopolitanism: Cosmopolitan Solidarity as SecondOrder Inclusion. *Journal of Social Philosophy*, 38 (1):165–84.

PONTES NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

Stjernø 2004, 20